

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.512, DE 2011

Dispõe sobre o lançamento de modelos de veículos automotores produzidos por montadoras e fabricantes instalados no País.

Autora: Deputada ELIANE ROLIM

Relator: Deputado GEAN LOUREIRO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.512, de 2011, de autoria da Deputada Eliane Rolim, propõe que seja vedado às montadoras e aos fabricantes de veículos automotores o lançamento de mais de um modelo de um mesmo veículo no mesmo ano.

Define que será considerado novo modelo quando forem efetuadas modificações que alterem o design do veículo ou quando forem efetuadas alterações de peças e componentes que, em conjunto, superem 2,5% do valor de venda do veículo.

Determina que o modelo do veículo seja associado a um ano de referência, que poderá ser o próprio ano de lançamento ou o ano subsequente, sendo que, neste segundo caso, o lançamento não poderá ocorrer antes do mês de setembro.

Estabelece como sanção ao descumprimento da nova norma a obrigação de restituição ao consumidor da diferença de preço entre o novo modelo lançado e o adquirido pelo consumidor.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, analisar a questão no que tange a defesa e proteção do consumidor e ao equilíbrio nas relações de consumo.

II – VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em análise é pertinente e de interesse do consumidor, tendo em vista que realmente tem ocorrido, por questões exclusivas de marketing, o lançamento de mais de um modelo para um mesmo veículo num único ano calendário, trazendo prejuízos ao consumidor-adquirente.

Muitas vezes, o consumidor adquire um veículo de um determinado modelo e vê, poucos meses depois, um novo modelo ser lançado e seu bem depreciado repentinamente. Devemos avaliar a questão levando em consideração que um automóvel não é um bem de consumo de baixo preço ou não durável, ao contrário, o preço dos automóveis em nosso país é absurdamente alto quando comparado com outros países, especialmente por conta da incidência de impostos, e não se compra um veículo para trocá-lo em poucos meses.

Sendo assim, achamos interessante a proposta que, como bem assinalado pela autora em sua justificativa, vem de encontro ao ditame constitucional que prega ser dever do Estado promover, na forma da lei, a defesa do consumidor brasileiro.

Ante o exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.512, de 2011.

Sala da Comissão, em 30 de agosto de 2011.

Deputado GEAN LOUREIRO
Relator